



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XII (2011)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Desenho e Desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822) São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2011, 456 pp. ISBN 9788531412844

Márcia Almada 

Como Citar | How to Cite

Almada, Márcia. 2011. «Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Desenho e Desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822) São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2011, 456 pp. ISBN 9788531412844». *Anais de História de Além-Mar* XII: 402-405. <https://doi.org/10.57759/aham2011.37246>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2011. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2011. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Beatriz Piccolotto Siqueira BUENO, *Desenho e Desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2011, 456 pp. ISBN 9788531412844

Desenho é risco, traçado, mediação, é «debuxo».

Desenho é concepção, intenção, exercício intelectual, é «desígnio».

Desenho é tanto a concepção quanto a expressão gráfica de uma ideia. Desenhos são representações do real, pois estão vinculados aos pensamentos, condições sociais e possibilidades técnicas de cada época.

São estas as primeiras lições que tiramos do livro *Desenho e Desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, editado pela EDUSP/FAPESP, em 2011. Esta é uma obra já conhecida do público, pois compreende uma versão revista e atualizada da tese de doutoramento defendida pela autora em 2001 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil. Muitos dos assuntos tratados na obra já foram divulgados nos inúmeros artigos que a autora publicou ao longo do interregno entre a conclusão da tese e a publicação do livro. Este fato, contudo, não retira o prazer de ler o texto fluido, claro e agradável de Beatriz Bueno, em uma edição de qualidade que reúne 273 figuras coloridas em cinco cadernos iconográficos bem organizados por um projeto gráfico que facilita a correspondência entre texto e imagem.

O livro trata da formação e atuação dos engenheiros militares no mundo português do século XVI ao início do século XIX, com enfoque na produção realizada no e sobre o Brasil. Mas a personagem principal deste livro é a cartografia, ou seja, os projetos de edifícios (civis, religiosos e militares), urbanísticos (vilas e cidades) e mapas de território, olhados sob a perspectiva de instrumentos de gestão oficial das conquistas. Os desenhos dos engenheiros militares não eram objetos de arte para serem expostos ao público; eram, pelo contrário, «prospectivos e pragmáticos», submetidos à razão de Estado (p. 28); quando seriados, para o historiador podem explicitar «lógicas, redes de relações sociais, fluxos, políticas» (p. 28). São representações e, por isso, escondem ou anunciam dados e informações conforme interesses específicos. Mais do que fonte de pesquisa e reflexão, para a autora, cartografia é o objeto de estudo em torno do qual giram suas perguntas e interesses, elencadas de maneira clara: a natureza específica do desenho; o papel da ciência do desenho no processo de formação e na metodologia de trabalho dos engenheiros militares; a ação desses desenhos como «produtos e vetores» (veículos) de uma ação colonizadora e o papel dos engenheiros como «mediadores» das «ações oficiais da Coroa no processo de colonização»; a gestação dos arquitetos e engenheiros em Portugal (sua formação, cânones, metodologia de trabalho e aprendizagem, instrumentos e técnicas de projeto); as condições possíveis de cada período neste longo recorte temporal. A autora teve a oportunidade de pesquisar em inúmeros arquivos em seis países e beneficiou de um passado profissional que lhe possibilitou a coleta de imagens de vilas e cidades do Brasil colonial em Portugal, Brasil e França, chegando a identificar cerca de 1000 exemplares. Além dessa riqueza que teve em mãos, a sua formação acadêmica, que mesclou a História com as Artes Visuais, lhe conferiu o instrumental metodológico e o olhar treinado para tratar do tema pela abordagem escolhida.

Seu ponto de vista é claro e está presente nos cinco capítulos da obra, que, embora coerentes e complementares, são quase autônomos. O primeiro capítulo trata dos termos e conceitos que envolvem a atividade do desenho: *desenho, desígnio, debuxo, traça, risco, montêa, projeto, amostra, moldes, iconografia, ortografia, sciografia*, etc. Passando do século XVI ao XVIII, compreendemos e ficamos habituados aos seus significados aplicados desde os fundamentos teóricos de Vitruvius e Alberti, o que nos faz seguir com mais proximidade

as ideias desenvolvidas posteriormente. Estes termos e conceitos acabam por ser relembrados ao longo dos demais capítulos, o que não só faz o leitor ganhar intimidade com eles e incorporá-los em seu próprio vocabulário, mas também representa um auxílio para aquele que inicia a leitura em um capítulo qualquer que não o primeiro.

Tendo em mente que os debuxos são «um conjunto de códigos sofisticados, manipulados pelo debuxador» (p. 63), o segundo capítulo trata do desenvolvimento da ciência do desenho e as modificações na produção cartográfica em cada um dos reinados entre D. João II (1481-1495) e D. João V (1706-1750). É neste grupo de análise que a autora pretende reforçar que os investimentos na formação de engenheiros militares em Portugal eram uma necessidade de governo e uma exigência de Estado. Um dos exemplos que utiliza é a construção da cidade de Salvador, feita a partir de um planejamento nos padrões modernos e que torna visível a autonomização da atividade intelectual em relação à atividade de canteiro. Esse projeto foi desenvolvido por Miguel Arruda, em Lisboa, e posto em execução por Luís Dias. Para Beatriz Bueno, o autor da fundação de Salvador é o projetista e não o executor; pois, segundo ela, «nada foi deixado ao acaso: tudo foi pensado *a priori* e em detalhe» (p. 77), embora o desenho de Arruda não tenha se constituído como «um esquema rígido», estabelecendo somente «diretrizes básicas, sendo plenamente adaptável à ambiência encontrada» (p. 78). Estas afirmativas estão em concordância com a ideia que a autora quer confirmar: havia planejamento, vontade política e determinações administrativas para o controle do território.

Para defender esta tese, é necessário adotar um olhar que prioriza a concepção intelectual sobre a prática. Porém, como a própria autora percebe, mas não quer destacar, a prática fornecia soluções para problemas imediatos, que poderiam, inclusive, mudar a concepção original do projeto; para que isso pudesse ocorrer, seria necessária uma destacada habilidade e experiência anterior do executante, do mestre de obras e de seus trabalhadores. Como é lembrado em uma passagem adiante, a frequente carência de mão de obra especializada, de materiais de construção e de instrumentos de trabalho tornavam necessárias as adaptações de projetos concebidos em gabinetes. E, em uma rápida e bela citação – que é a transcrição de um relato coetâneo –, a autora capta e transmite a dimensão humana no cotidiano dessas construções, em um trecho que dá a ver as histórias de alguns envolvidos nas obras: o soldado que se embriaga, o negro que rouba, o feitor que nunca adoece, o pedreiro que morre durante a obra, entre outros dramas individuais, porém de dimensão coletiva (pp. 270-272).

No terceiro capítulo, a autora trata do cotidiano nas obras para discorrer sobre as atribuições dos engenheiros militares em tempos de guerra e de paz, a formação e o desenvolvimento da profissão e a fixação das hierarquias internas. É neste capítulo que a autora se detém mais longamente na questão da educação, com a análise dos conteúdos das aulas ministradas nas academias e aulas régias, e sua apropriada comparação com os preceitos de Alberti e Vitrúvio. Analisa ainda os manuais e tratados manuscritos e impressos preparados pelos professores (portugueses e estrangeiros) para as aulas. É o caso dos tratados de António Rodrigues (1576 e 1579), Matheus do Couto (1631), padre Luiz Gonzaga (1700-1710) e, finalmente, os de Luís Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes. O primeiro foi autor de *O methodo lusitanico de desenhar as fortificações regulares e irregulares...*, editado por António Craesbeeck em 1680; o segundo escreveu *Tratado do modo o mais facil e exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças*, um pequeno livro de bolso publicado em 1722, e *O engenheiro portuguez*, de 1728. Da leitura dos tratados e das referências citadas expressa ou implicitamente pelos autores, a autora cria listagens das obras contidas nas «supostas bibliotecas» dos cursos. Com esta metodologia, consegue configurar quais eram as disposições teóricas das disciplinas ministradas. Beatriz Bueno faz questão de reproduzir as vozes dos autores em largas citações. É possível que o seu intuito tenha sido o de identificar e esclarecer os

conceitos e convenções adotados em cada época, dando mais condições ao leitor de compreender os códigos e adquirir proximidade com os textos que identificam e esclarecem os conceitos e convenções vigentes. Porém, a reprodução desses trechos serve, de certa forma, como uma «reedição» compilada das obras produzidas pelos lentes. Assim, o leitor tem a oportunidade de usufruir os textos com plenitude, podendo inclusive retirar informações específicas e pontuais de seu interesse pessoal.

Os processos de construção, da concepção (teoria, conceitos e referências) à realização das edificações, são interpretados no quarto capítulo. A partir do paradigma da «aclimatação de modelos eruditos no Brasil» (p. 252), a autora analisa obras que foram consagradas em sua época, seja por terem aplicado «brilhantemente os cânones eruditos» seja por terem sido criticadas por falharem nas aplicações técnicas. A escolha na seleção das edificações teve como fundamento o reconhecimento de referências conceituais ou modelares utilizadas pelos engenheiros militares. Esse critério de seleção de fontes está de acordo com a proposta do capítulo, que é a verificação das maneiras pelas quais as concepções intelectuais podiam ser concretizadas em um ambiente real, com todas as dificuldades materiais e políticas que deveriam enfrentar. Segundo a autora, os atributos de uma boa arquitetura à época eram ordem, disposição, simetria, eurritmia, decoro e distribuição; segundo a mente pragmática dos engenheiros, também a economia e a simplicidade de construção, «sem perder de vista o apuro estético do conjunto do edifício, fruto da boa articulação entre a ordenação e disposição de suas partes, bem como do decoro – conformidade com o programa requerido, conveniência com os costumes e o sítio –, sempre ancorados em rígidos princípios de geometria» e seguindo um vocabulário de matriz clássica (p. 264). A autora analisa as arquiteturas religiosa, civil e militar, além de planos urbanísticos em algumas regiões do Brasil: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina.

No último capítulo, é abordado outro aspecto da atividade dos engenheiros militares até então tratado rapidamente: o desenho do território. A autora entende as cartas corográficas e geográficas como o instrumento que fundamentava a posse concreta das conquistas ultramarinas. Mais do que os marcos de pedra ou os batalhões de tropas militares, a garantia da posse do território se dava, segundo ela, pela diplomacia instrumentalizada pelo desenho, considerado, na ação colonizadora, tão importante quanto a «arma de fogo». Aqui, novamente faz questão de esclarecer os conceitos de termos correntemente usados para a análise das cartas geográficas: *território*, *conquista*, *fronteiras*, *domínio*, *Império*, *colônia*, entre outros.

Nas considerações finais, a autora defende mais enfaticamente a tese de que a Coroa efetivamente usava os desenhos dos engenheiros militares como uma estratégia para delimitar e demarcar o Brasil que queria, e que seria defendido nas negociações que fundamentaram os tratados de limites. Esses registros do Brasil são, portanto, “recortes da realidade”, idealizados a partir de projetos políticos, e feitos com conceitos, instrumental e capacidades próprias de cada época. No livro, não são abordadas as outras circunstâncias e conflitos que colaboraram na conformação geográfica que delimitou o Brasil ao longo dos séculos. Pelo contrário, seu foco é bem delimitado, é o trabalho dos engenheiros militares e os projetos por eles produzidos, mesmo que esteja implícita a consciência de que a realidade é ampla e plurifacetada e que existe uma distância entre a teoria e a prática.

Na comparação entre os projetos de edificações e as correspondências trocadas entre os executores e os idealizadores, é relevante o tratamento que a autora faz das fontes: há um constante equilíbrio entre o textual e o visual. Além disso, Beatriz Bueno faz uso de experiências paradigmáticas ocorridas em outras localidades para exemplificar as práticas portuguesas, consciente da existência de um saber mundializado do qual Portugal faz parte e, em determinadas matérias, é protagonista. É com o entendimento de um «mundo português» dilatado e amplo que a autora vai analisar o papel político e administrativo

da produção cartográfica na gestão dos domínios ultramarinos portugueses, gestão que passou de uma política expansionista, até o início do século XVI, para uma política imperialista. Essa mudança de paradigma teve seu reflexo nas características e capacidades do profissional envolvido com a cartografia, resultando em uma sua progressiva passagem de cosmógrafo a matemático e engenheiro militar. A razão de Estado e as estratégias de colonização estão presentes nos esforços pontuais de representação do território, nos planos de urbanização e na construção de edificações emblemáticas de defesa. Na implantação de cidades, elas se expressavam na escolha consciente das condições geográficas, que repetidamente mesclava um porto seguro com regiões elevadas, a exemplo do que ocorria em Lisboa e Porto: Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) e São Luiz do Maranhão. Discordando dos estudos iniciais de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e de Robert Smith (1955)¹, a autora defende que trata-se de um urbanismo regulado, embora não regular como nos padrões das cidades da América espanhola. Os investimentos feitos na formação de engenheiros militares foram um esforço político de sucessivos reinados e resultou em práticas e metodologias de ensino que chegaram a ser apropriadas pelos castelhanos durante a união das coroas ibéricas. A perspectiva teórico-metodológica que analisa a cartografia como parte dos processos de territorialização dos Estados modernos e como instrumento de negociações internacionais é compartilhada pela recente historiografia, que pode ser exemplificada pelos trabalhos de Júnia Ferreira Furtado, Íris Kantor, Glória Kok, Maria de Fátima Costa, João Carlos Garcia, André Ferrand de Almeida, entre outros. Os desenhos dos engenheiros militares, portanto, são vistos como instrumentos de gestão e preservação do território conquistado.

O livro de Beatriz Bueno é de grande interesse para as mais diversas áreas do conhecimento científico, pois seu campo de análise transita entre a história do urbanismo, a história política e administrativa e a história dos ofícios e das profissões. Como perspectiva política e como produção cultural, desvenda a técnica, o conhecimento e os instrumentos das artes de fazer cartografia durante três séculos da história de Portugal.

MÁRCIA ALMADA

(Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais)

¹ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1936, e Robert C. SMITH, «Arquitetura Colonial» in *As Artes na Bahia*, 1.^a parte, Salvador, Livraria Progresso, 1955, pp. 11-13.